

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL *

G. M. COVERDALE

* Traduzido por Carlos Márcio Chaves do original em inglês «Planning education in relation to rural development». Publicação do Instituto Internacional de Planejamento Educacional (IIPE), na série Fundamentos do Planejamento Educacional.

Copyright © UNESCO, 1974. Reprodução proibida.

FUNDAMENTOS DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Títulos da Série

1. Que é planejamento educacional?
P. H. Coombs
2. Os planos de desenvolvimento da educação e o planejamento econômico e social.
R. Poignant
3. Planejamento educacional e desenvolvimento de recursos humanos.
H. Harbison
4. O planejamento e o administrador educacional.
C. E. Beeby
5. Contexto social do planejamento educacional.
C. A. Anderson
6. Custos dos planos educacionais.
J. Vaisey, J. D. Chesswas
7. Problemas da educação rural.
V. L. Griffiths
8. Planejamento educacional: função do consultor.
Adam Curle
9. Aspecto demográficos do planejamento educacional.
Ta Ngoc Châu
10. Análise do custo e das despesas da educação.
J. Hallak
11. A profissão de planejador educacional.
Adam Curle
12. Condições para o êxito no planejamento educacional.
G.C. Ruscoe
13. Análise de custo-e-benefício no planejamento educacional.
Mauren Woodhall
14. Planejamento educacional e juventude desempregada.
Archibald Callaway
15. Política de planejamento educacional nos países em desenvolvimento.
C. D. Rowley
16. Planejamento educacional para uma sociedade plural.
Chai Hon-Chan
17. Planejamento do currículo para escola primária em países em desenvolvimento.
H. W. R. Hawes
18. Planejamento de assistência educacional para a segunda Década de Desenvolvimento.
H. M. Phillips
19. Estudo no estrangeiro e desenvolvimento educacional.
William D. Carter
20. Planejamento educacional realístico.
K.R. McKinnon
21. Planejamento educacional e desenvolvimento rural.
G. M. Coverdale

PREFÁCIO

Para que o problema da pobreza seja solucionado, dois fatos estão claros: primeiro, qualquer que seja o efeito exercido pela industrialização, já que a maioria das pessoas dos países menos afluentes vive na zona rural, deve ocorrer melhoria global nas condições da vida rurícola. Em segundo lugar, não há dúvida de que a educação tem importante papel a desempenhar em qualquer programa destinado ao melhoramento rural. Todos concordam em que as escolas, faculdades e educação de adultos não podem produzir por si sós, um aperfeiçoamento rural significativo: devem fazer parte de uma política planejada global.

Qual o caráter dessa participação? Aqui há muita diferença de ênfase. O Dr. Coverdale, australiano de considerável experiência internacional, acredita que a melhor abordagem seja a indireta. Ou seja, não se cria uma categoria separada de escola primária — a escola rural —, diferente em quase todos os aspectos das escolas primárias das cidades. Isso porque existe uma base de conhecimento comum e desenvolvimento pessoal necessários a todas as crianças, quer morem na cidade ou no campo; e porque uma significativa minoria passará da escola primária para a secundária e à educação superior.

Talvez ainda mais importante, se o ensino de caráter rural há de ser aceito pelos pais e pelas próprias crianças, não deve integrar um movimento para mantê-las no campo contra sua vontade.

Tais considerações dirigem-se logicamente às escolas primárias que, como em toda parte, proporcionam educação geral elementar, mas que sejam realizadas com uma percepção conscientemente favorável da vida rural em torno da escola, em pontos de referência, conteúdo manifesto, métodos e valores. Isso é unir a escola e a vida, e aperfeiçoar o ensino, não prejudicá-lo.

Se se concordar com esta como a base correta de ação, como os professores, agrônomos, instrutores de adultos e planejadores educacionais irão realizar suas tarefas? Tal é a questão que, em linhas gerais (e em termos de uma norma que, naturalmente, variará na prática, de situação para situação), o Dr. Coverdale dispõe-se a responder. Será lido como proveito por todos aqueles envolvidos nessa tarefa relevante que desafia os habitantes do Mundo, na época atual.

LIONEL ELVIN
Editor Geral da Série

Primeira Parte

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo não se limita a apresentar um exemplo vigoroso para uma expansão espetacular da educação e treinamento agrícola nos países em desenvolvimento, onde a pobreza rural encontra-se, geralmente, num estágio inimaginável pelas nações ocidentais. Esses fatores foram abordados assídua, persuasiva e tenazmente por eminentes planejadores, economistas, sociólogos, estatísticos e outros técnicos, em suas diversas áreas, existindo pouco de valor que possa ser acrescido às suas contínuas recomendações. Suas colocações foram comprovadas milhares de vezes. Certamente não há descrédito para seus esforços, quando suas repetidas advertências não foram atendidas nem incentivadas, ou os governos a que estiveram aconselhando não tomaram medidas positivas. Jamais ocultaram o fato de que, nesse contexto, trata-se de um osso duro de roer. Inexiste solução fácil e imediata para o problema do desenvolvimento rural, especialmente na medida em que se relaciona à contribuição do ensino.

A maioria dos técnicos não fez afirmações extravagantes de que o ensino, *per se*, seja capaz de preparar o caminho para a reforma agrária. Claramente, porém, a educação é altamente relevante para o problema, mesmo que seja apenas devido ao fato de que, em tantos países atrasados, 90 por cento da população reside nas áreas rurais, daí obtendo seus meios de subsistência escassos e freqüentemente desequilibrados. Muitos desses países lutam para levar adiante a educação livre e compulsória para todos, pelo menos até a conclusão do ensino de primeiro grau. O ensino não é simplesmente oferecido como prova de generosidade política ou como uma assistência social retardada. Nesse estágio de evolução de um país, trata-se muito mais de um investimento no desenvolvimento nacional e, portanto, a ser planejado e avaliado como tal — no ensino agrícola, não menos do que em qualquer outra espécie de educação.

É muito comum minimizar os dividendos que podem resultar de um investimento substancial no ensino agrícola. Reconhecidamente, o passado esteve juncado de destroços acumulados por uma longa história de erros e esquemas mal concebidos! É fácil decepcionar-se com os resultados de muitos projetos comunitários de caráter de auto-ajuda; as dificuldades tornam-se realmente evidentes quando se trata do caso de manter o projeto e se é forçado a reconhecer a importância de incentivos materiais, opostos ao altruísmo e mentalidade comunitária, exceto quando existe a veemência de um nacionalismo extremado. Deve-se aceitar o fato de que existem ciúmes e interesses pessoais entre os habitantes rurais mais ricos, e que o camponês típico é caracterizado por

seu fatalismo, falta de motivação e relutância para mudar seu modo de vida.

Está fora do alcance deste artigo discutir em detalhe a qualidade da vida no campo, mesmo considerando que o bem-estar da zona rural tem muito a ver com a eficácia, ou outros aspectos, dos programas de educação agrícola. Deve-se admitir, contudo, que muito freqüentemente o aldeão parece preferir o familiar e o tradicional. (Tais características não são monopólio de países em desenvolvimento. Exatamente o mesmo clima prevalece na maioria dos países adiantados, especialmente em suas zonas rurais mais pobres). Procurei, neste artigo evitar a filosofia fatalística de que existem tantos obstáculos no caminho da reconstrução rural que venham a impedir todas as tentativas de reforma. O que não significa que acredite ser uma questão simples e direta a produção de mudanças, ou que pense que a educação rural seja uma receita para milagres!

Minha preocupação, aqui, será com a metodologia e meios pelos quais os esforços de organizações e instituições relacionadas com a educação rural possam ser aperfeiçoados e ampliados. Adotei uma abordagem similar a um estudo de caso, sem qualquer tentativa de relacioná-lo a qualquer país ou continente específico. Inevitavelmente, numa abordagem tão ampla, estou sujeito a ser perpetuamente acusado de generalizações. (Compreendo, de fato, que existem grandes diferenças entre os problemas da África Central, Sudeste da Ásia e os Andes!) Da mesma forma, serei acusado por efetuar numerosos julgamentos de valor, uma vez que a maior parte de meu pensamento baseia-se em experiência pessoal na área. Procurei proceder a uma análise crítica dos diferentes aspectos da educação rural e tentei oferecer algumas sugestões construtivas.

Gostaria também de declarar, desde o início, especialmente porque se tende a por em foco estudos de caso baseados em experiência prática, que estou particularmente preocupado em que o leitor não tenha a impressão de que procuro oferecer uma receita pessoal que consideraria capaz de satisfazer a todas as situações e atender a cada contingência. Certamente não é o caso e, mesmo na improvável eventualidade de que isso fosse possível, não o consideraria de modo algum desejável. As circunstâncias alteram fundamentalmente as questões, e uma política que possa ser altamente adequada para um país pode constituir um desastre total para outro. Além disso, consideraria indesejável impor constrangimentos, mesmo pela mais vaga das implicações, sobre pensadores e planejadores criativos de um país específico.

Eles precisam ser completamente livres para testar suas idéias, mesmo em se considerando que isso possa implicar num elemento de tentativa e erro, enquanto gradualmente desenvolvem suas próprias fórmulas. Assim, afinal de contas, é precisamente como todos nós devemos alcançar nossas crenças e convicções pessoais.

Considero minha função delinear certos princípios para uma «norma» imaginária em um país subdesenvolvido, na esperança de que um estudo desses princípios gerais, ilustrados por exemplos práticos, possa ser de alguma utilidade para planejadores, administradores e educadores que estão lidando com os problemas sempre indefiníveis associados à educação e treinamento para o desenvolvimento rural. Trata-se de um problema praticamente mundial e é duvidoso que alguém tivesse a temeridade de afirmar que está realmente satisfeito, a ponto de estabelecer que foi muito longe em direção a seu equacionamento.

Nenhuma introdução a um tópico dessa natureza estaria completa sem alguma referência ao que definiria de «perspectiva global».

Nos países subdesenvolvidos, de 70 a 95 por cento de todas as pessoas vivem e trabalham em áreas rurais e, não obstante, é precisamente aí — onde o progresso acelerado é tão vital — que até agora a modernização provocou menor impacto. Nesse contexto, seria errôneo presumir que qualquer sistema de educação agrícola, por mais esclarecedor, tenha viabilidade, por si mesmo, de orientar a reforma agrária ou verificar o êxodo das áreas rurais. Deve ser apresentado com o máximo cuidado, de forma a não exacerbar no estudante uma aversão inerente a qualquer coisa associada com a agricultura, e uma suspeita de que sua educação está sendo deliberadamente conduzida para mantê-lo no campo, num perpétuo envolvimento com o trabalho manual, tão freqüentemente menosprezado. Pareceria que uma verdadeira reforma teria viabilidade de execução através da união do progresso educacional com um aperfeiçoamento na qualidade básica da vida rural e modernização das técnicas agrícolas.

Os sistemas aperfeiçoados de ocupação da terra, produção agrícola e **marketing** podem modificar dras-

ticamente as características desfavoráveis da vida rural. Tradicionalmente, contudo, há menos incentivos ao progresso nas comunidades rurais. Existe uma tendência a concordar com as autoridades e, então, nada fazer!

Um objetivo supremo da educação deveria ser a mudança de atitudes das crianças do campo e, fundamentalmente, de toda a população rural. Há também uma necessidade conseqüente de esforços ponderáveis na educação de adultos, que deveria estar intimamente relacionada e, na verdade, ser uma extensão da atividade nas escolas. Uma tarefa crítica consiste em aumentar o número e a qualificação de professores treinados para realizar esse trabalho.

Um dos problemas mais urgentes com que se defrontam os países em desenvolvimento é a séria carência de pessoal educado e treinado. Isso é verdadeiro para todos os níveis de qualificação, mas especialmente agudo em relação ao pessoal treinado para o desenvolvimento agrícola e ensino rural, especialmente porque a massa de analfabetos é constituída por camponeses. Torna-se difícil qualquer outro desenvolvimento, caso a agricultura fique atolada e deprezada. Levar novo conhecimento aos agricultores é provavelmente o investimento mais produtivo que possa ser realizado em qualquer das economias agrícolas mais pobres.

O progresso deve ser identificado, assim como debatido. O ensino agrícola bem sucedido depende muito da evidência visível de uma agricultura bem sucedida. É imperativo que o status de «segunda classe» da agricultura seja removido, como questão de extrema urgência, por todos os meios possíveis.

Uma das tarefas mais importantes com que se defronta qualquer administração consiste em examinar minuciosamente a importância de redistribuir os trabalhos, ao invés de simplesmente ampliar os atuais. Considerando-se os recursos limitados existentes, o problema está em colocar aquilo de que se dispõe para a melhor utilização planejada possível, e é isso que se procura debater, amplamente, nos capítulos subsequentes.

Segunda Parte

CURRÍCULOS DE CONTEÚDO RURAL

1. Educação Geral

A maioria dos habitantes da Terra é composta por camponeses. Muitos deles analfabetos e sem nenhuma escolaridade. A maior parte dos que foram à escola não progrediu além do primeiro grau, e muitos se evadiram muito cedo ou deixaram de comparecer regularmente à escola.

O desenvolvimento uniforme da educação é necessário para assegurar o progresso nas áreas rurais, mesmo considerando que isso implica no risco de acelerar o êxodo dos mais talentosos e melhor educados. Quando alguns educadores argumentam que as escolas rurais deveriam concentrar-se na preparação dos jovens a fim de que se transfiram para a cidade,

essa concepção bem intencionada não se enquadra com a realidade: as áreas urbanas simplesmente não podem absorvê-los.

Por outro lado, a experiência tem demonstrado, repetidamente, que uma revisão do programa escolar rural, destinada a permitir a instalação de escolas rurais nas regiões campesinas, não é, por si própria, a maneira de resolver o problema. Muito além da necessidade de proporcionar mais ensino do que existe, é necessária uma mudança fundamental em toda a estrutura, diretrizes e conteúdo do sistema educacional nos países subdesenvolvidos. A situação, entretanto, torna-se complicada pelo fato de que nas áreas rurais a escola de primeiro grau tem uma função dúplice a realizar e de que o treinamento de professores deve ser orientado nessa conformidade.

Por um lado, existe a pequena minoria de alunos que pode se beneficiar de um tipo tradicional de instrução clássica, evoluindo para o segundo nível educacional e, talvez, ir ainda mais além. Há uma década atrás, esses alunos se transformariam em escriturários e outros subordinados, constituintes de uma parcela integrante dos mecanismos coloniais. Agora, alguns podem aspirar a se tornarem cidadãos de maior relevo, destinados a cargos anteriormente ocupados por estrangeiros, ou desempenhar outras novas funções de gabarito, originadas pelo programa de desenvolvimento do país. Muitos estudarão para ser professores, de que existe uma sempre crescente demanda na medida em que o plano educacional extensivo da nação se transforma em realidade.

Ao mesmo tempo, e por outro lado, existe a maioria de alunos para os quais um programa puramente acadêmico pode constituir uma grande perda de tempo, embora se possa argumentar, razoavelmente, que mesmo o mais humilde camponês de uma pequena propriedade possa se beneficiar de pelo menos aprender a ler, escrever e contar. Quando menos, tornar-se-á mais rapidamente apto a manter e orientar seus filhos na procura do ensino e em direção a uma atitude mais esclarecida em relação à melhoria da vida rural.

Idealmente, e isso é pedir muito, as escolas de primeiro grau deveriam ser capazes de instilar em seus alunos um apreço pela vida do campo e estabelecer os alicerces para a compreensão do progresso agrícola. Deveriam demonstrar o interesse necessário de instruir os jovens a se adequarem ao ambiente em que se encontrarão após deixar a escola, através de um currículo criativamente orientado para a vida comunitária. Afinal de contas, é da subsequente realização desses jovens que tanto depende o futuro do país. Podem ajudar a produzir uma era de relativa prosperidade, ou agravar o problema da pobreza rural.

O que, então, pode ser feito por esses jovens — os médios e abaixo da média — durante os poucos

anos em que provavelmente freqüentarão a escola? A resposta pode bem ser o currículo rural, com vistas a dar ao programa de estudos significado e relevância adicionais. Pode ajudar a despertar o interesse e a curiosidade, bem como servir para atualizar e incentivar a perspectiva do aluno, ao invés de simplesmente procurar a assimilação de fatos ou aquisição de habilidades manuais.

Acredito ser pertinente, neste estágio, proporcionar um exemplo de como a aplicação de um currículo rural pode operar ao nível mais alto do primeiro grau. O primeiro passo consiste em selecionar um tópico ou tema que tanto desperte a curiosidade dos alunos quanto conduza a uma abordagem interdisciplinar. Quando mais de um professor está envolvido, trata-se de um projeto de ensino de equipe. Nenhum membro da equipe necessita de quaisquer conhecimentos ou habilidades especializados em agricultura — apenas interesse e conhecimento a respeito da zona rural ao seu redor, e disposição para ir além das restrições e limitações do manual.

Um tema exequível poderia ser um estudo simples e não complicado da planta do milho. O milho, cultivado e consumido como «farinha de milho», constitui a principal dieta em muitos países em desenvolvimento.

Uma pequena área de terra cultivável, não superior a 12 por 7 metros, nos arredores do terreno da escola, serve de local para o projeto, sem envolver os alunos em trabalho manual interminável e repetitivo, capaz de desagradá-los desde o início.

Supondo-se que não haja diferenças na textura e fertilidade do solo, dentro dessa pequena faixa de terra, a área pode ser dividida em oito canteiros iguais. A divisão do terreno, dessa forma, proporciona um exercício prático de matemática, sendo o único equipamento necessário uma régua de medição.

O próximo passo consiste em plantar as sementes que, normalmente, deveriam ser fornecidas pelo agrônomo local — sendo a quantidade fornecida bastante diminuta de modo a impedir qualquer transação financeira. Mas, se a semente tiver de ser adquirida, qual seria o custo para a escola, ao preço corrente de mercado para sementes de milho?

Agora, a verdadeira sementeira. O primeiro canteiro teria sementes comuns, não selecionadas, como aquelas utilizadas pelo lavrador, plantadas da mesma forma e na mesma época da costumeira prática de cultivo. A segunda faixa seira semeada na mesma ocasião e da mesma forma, porém com uma quantidade recomendada de fertilizante, aplicado ao lado da semente. No caso do terceiro canteiro, seria adicionada a mesma quantidade de adubo, porém, desta vez, não junto com as sementes, mas algu-

mas semanas mais tarde, quando o broto emergir como uma forte planta.

Na quarta faixa, o milho seria semeado um mês antes do habitual e, na quinta, um mês mais tarde. Na sexta, as sementes seriam colocadas mais juntas do que habitualmente, e na sétima bastante afastadas.

O último canteiro constituiria o reflexo das recomendações do funcionário do fomento agrícola. Seria utilizada uma semente aperfeiçoada, especialmente selecionada para o objetivo e, do mesmo modo, obedecidas as prescrições quanto à aplicação do fertilizante, época de semeadura e espaçamento das sementes.

Aqui, então, em miniatura, identificam-se oito diferentes métodos de cultivo. Obviamente, poderia haver duas ou três vezes o número dessas permutações, porém a escola bem orientada concentra-se num «pouco, bem feito», o que é perfeitamente adequado para seus próprios objetivos. O propósito, enfaticamente, é de não estabelecer, à luz de fracassos passados, uma pretensa fazenda-escola.

O pesquisador agrônomo ficaria horrorizado com a idéia de cultivos não estatisticamente comprovados. Provavelmente argumentaria que os alunos podem chegar a conclusões errôneas, a partir de suas observações. Deve-se, contudo, recordar que tais cultivos não pretendem ser tentativas experimentais. São apenas focos de observação e, como tal, servem de várias formas como recurso auxiliar de ensino.

Duas ou três vezes por semana, um grupo de alunos inspecionará os canteiros e registrará suas observações, de sua própria maneira. Serão iniciados diários individuais, alguns deles bastante criativos. A linguagem pode ser utilitária, porém sempre melhor do que nenhuma, desde que se recorde que projetos como esses destinam-se basicamente aos menos aptos educacionalmente, ou seja, àqueles que aprenderão mais facilmente através do familiar do que pelo abstrato.

A maioria das crianças voltará para suas fazendas. Se, como subproduto de tal exercício, aprendem de suas observações que a aplicação de fertilizante pode exercer um efeito quase mágico, que novas variedades de sementes podem aumentar extremamente o rendimento e que existem ótimas épocas de colheita e de semeadura, tanto melhor. Quando menos, começarão a considerar que o homem pode exercer algum controle sobre seu ambiente e que até mesmo o mais humilde lavrador pode fazer algo para melhorar sua terra. Assim, com freqüência, é levado a uma atitude mental mais otimista.

Voltando ao projeto. A partir da época da semeadura até a ocasião da colheita é improvável que haja carência de exercícios matemáticos simples. A escrita

não precisa ser confinada à redação do diário acima mencionado. Espera-se que o agrônomo local fique ativamente envolvido nos aspectos técnicos do projeto e que haja ampla comunicação com ele, através de cartas imaginadas e redigidas pelos alunos. A capacidade de corresponder-se clara e objetivamente é, por certo um dos benefícios mais funcionais da instrução.

Como introdução à ciência (em muitos casos, pode ser toda a noção de ciências que o aluno é capaz de assimilar), o estudo do processo de crescimento do milho, desde o plantio e germinação até a época da colheita, pode tornar-se um estudo fascinante nas mãos de um professor criativo, que tenha acesso a plantas de estufa e cultivadas individualmente, bem como às culturas extensivas exteriores.

Em história, o professor pode mencionar como o milho foi introduzido inicialmente no país e de que forma ajudou a transformar tribos nômades em comunidades camponesas estabelecidas, e como as técnicas mais modernas de cultivo podem desempenhar papel tão importante no programa de desenvolvimento do país.

Em geografia, pode-se fazer referência ao uso do milho em outras partes do mundo, incluindo-se os países desenvolvidos onde a espiga de milho freqüentemente é considerada quase como iguaria, ou onde pode ser cortado em seu estado vegetativo não maduro e ensilado (isto é, conservado por fermentação induzida), de forma que pode ser ingerido pelo gado na época do inverno, quando a relva deixou de crescer temporariamente.

Cultiva-se grande quantidade de milho nos Estados Unidos da América, onde é armazenado em grão, em enormes silos de torre, antes de servir de alimentação para engordar porcos destinados à produção de toucinho. Uma carta selecionada de uma criança ao Serviço de Informações dos Estados Unidos provavelmente seria muito proveitosa. Na verdade, trata-se de uma tática que pode ser adotada quando da procura de informação de todas as partes do mundo. Creio que pode ser recomendada, não somente como exercício literário, mas também como meio de dar uma perspectiva global ao pensamento do aluno. Talvez possa mesmo induzir a criança a fazer maior uso da palavra «por que» e começar a desenvolver uma mente inquisitiva. Por que, por exemplo, é o milho como tanta freqüência a alimentação básica nos países africanos, enquanto na Ásia o alimento padrão é o arroz?

Enquanto isso, em questão de alimentação, as meninas podem relacionar seus afazeres domésticos ao projeto milho. Por jovens que sejam, podem tornar-se conscientes de que o milho não é, em si mesmo, um alimento completo e que a total confiança

nele conduzirá inevitavelmente à subnutrição. Sempre que possível, farão pratos em que o «condimento» (como é denominado) proverá o necessário suplemento proteico, com frequência derivado do peixe. Enquanto as jovens realizam seu trabalho doméstico, os rapazes podem muito bem executar tarefas manuais relacionadas com o projeto milho — a confecção de ferramentas básicas, por exemplo.

Uma palavra final sobre a aplicação de um viés rural a um tema central. Um dos objetivos consiste em ampliar o ângulo de visão dos alunos e aprofundar seu conhecimento do mundo ao seu redor; um mundo em que as transformações estão ocorrendo mais rapidamente que jamais na história, movimento que sem dúvida aumentará, estendendo-se gradualmente a todos os cantos da Terra. Nesse contexto, os alunos, particularmente os mais velhos, necessitam da experiência que é obtida fora da sala de aula. O «projeto milho» também pode proporcionar visitas a fazendas da vizinhança — talvez mesmo a uma cooperativa de fazendeiros que possua um trator e que adquira sementes e fertilizantes por atacado. São intermináveis as possibilidades, nas mãos certas. Como veremos posteriormente, entretanto, também existem armadilhas onipresentes, tanto assim que o professor fica aliviado ao recuar e atribuir aquilo que comprovou e em que confiou a compêndios (embora velhos e ultrapassados). Isso, pelo menos, não colocará seus poderes de imaginação sob exigências injustificadas!

O alvo, portanto, é de prover educação geral num ambiente agrícola — e não o contrário. O ensino tem relevância para o mundo do trabalho, sendo a questão agrícola essencialmente um meio para um fim, e não um fim em si mesmo. Pode constituir um chamamento ao treinamento vocacional, embora isso seja essencialmente um subproduto do curso.

É essa aplicação de um conteúdo rural tão direta quanto parece? A resposta é um irrestrito «não»! Primeiro, é preciso professores cheios de energia e entusiasmo, com capacidade e imaginação e, entre eles um inovador inato a fim de atuar como líder para os objetivos de ensino em equipe. Ele pode, naturalmente, ser o diretor de uma escola relativamente pequena. O conteúdo do curso pode ser a realização das idéias expostas durante o treinamento de professores ou durante o posterior adestramento em serviço. É necessário que os professores sejam bons planejadores e organizadores com a capacidade de se comunicar com os fazendeiros locais e assegurar seu interesse e cooperação. De importância vital é a necessidade de saber como usar, ao invés de abusar, do terreno escolar sob cultivo. As tarefas que os alunos são chamados a realizar devem ter significado educacional. Não se trata do caso de ocupar os alunos com suas enxadas e ancinhos, ao invés de mantê-los em suas desconfortáveis carteiras na sala de aula.

É na medida em que se utiliza criativamente o terreno de cultivo na escola que se pode determinar, de forma relevante, a imagem do curso.

Há muito tempo foi rejeitada a idéia de que a agricultura prática levará as crianças a crer na «dignidade do trabalho manual», ou que os jardins escolares são utilizados para embelezar o conjunto do estabelecimento no decorrer da ministração do currículo. Não tem sido incomum, no passado, considerar o trabalho na área da escola como sendo realizado com objetivos de punição.

Deveria a carga do treinamento agrícola ser especialmente colocada em uma unidade profissional do programa, talvez com o título de Ciência Rural? O persistente fracasso das escolas agrícolas de baixo nível sugere que essa aproximação direta está fora de lugar. Uma das razões é que as concepções e materiais de ensino nem sempre foram produzidas por pessoas que possuíam um conhecimento íntimo da prática agrícola local.

Pode-se esperar que as escolas rurais de primeiro grau, em seu conjunto, contribuam substancialmente para a consecução de vários objetivos que afetam a qualidade de vida da população rural. Estes incluem a ambição por padrões de vida mais desejáveis; mentes inquisitivas que não estão dirigidas pela tradição e superstição; maior discernimento e prontidão para cooperação, especialmente quando se relaciona à inovação; disposição para trabalhar arduamente, havendo incentivos razoáveis; capacidade para ler instruções e escrever pedindo conselhos; calcular o rendimento das colheitas, assim como utilização das habilidades manuais; e conhecimento e compreensão das transformações econômicas e sociais que estão ocorrendo ao seu redor.

Essas mudanças nas atitudes e compreensão, bem como na qualidade de raciocínio, não podem ser adquiridas por adições ao currículo, mas antes através da impregnação de todo o ensino com essas noções e realísticas idéias, de forma a que se tornem parte do pensamento e formação do aluno, aplicáveis em todas situações relevantes.

Com professores precariamente educados e frequentemente destreinados, todo dispositivo conhecido e exequível deve ser empregado, caso os referidos indivíduos devam aduzir essa dimensão extra a seu ensino e à sua influência sobre as crianças. Tais mecanismos incluiriam cursos de reciclagem, auxílio de conselheiros peripatéticos, funcionários locais de extensão agrícola, e provisão de materiais de ensino suplementares, incluindo compêndios e um manual abrangente destinado a estimular os pensamentos e interesses do professor muito além dos estreitos limites da sala de aula, em direção aos complexos problemas dinâmicos da vida quotidiana exterior. Acima

de tudo, deveria atribuir-se a esses fatores a devida ênfase no treinamento básico dos professores, de forma a que sejam inteiramente capazes de aumentar a importância global da escola para a zona rural.

Após o ensino de primeiro grau, em geral, apenas uma minoria de elite pode encontrar vagas no limitado número de escolas segundo grau, normalmente existente em um país subdesenvolvido.

O ensino de segundo grau, do tipo tradicional de «escola secundária», fornecerá aos mais capacitados intelectualmente um passaporte para uma universidade. Conquanto praticamente todos os alunos lutem diligentemente em direção a essa meta, nem todos obterão êxito e mesmo que o consigam, o ensino de terceiro nível não está capacitado a oferecer lugares para todos. É, portanto, inevitável que alguns desistam após receberem seu diploma escolar, a fim de se tornarem escriturários e funcionários menores no serviço público ou, ainda, ingressar no comércio e na indústria, na esperança de conseguir um cargo de escritório. Alguns, entretanto, podem conseguir ingresso numa escola técnica, comercial ou pedagógica, para um ou dois anos de instrução profissional.

Poucos argumentarão que o currículo universitário está acima de restrições, mas nas circunstâncias de um país em desenvolvimento existem tantas reformas e inovações requerendo implementação urgente em outras áreas, que esse currículo, a despeito de suas tendências coloniais e de seu extremo apego ao prosaico, deve merecer uma prioridade relativamente baixa em termos de reavaliação e reformas, pelo menos por enquanto. Em meu conceito, as metas e objetivos das escolas de aldeias é que deveriam estar ocupando urgentemente as mentes dos mestres educacionais!

2. Esquemas de treinamento profissional

O desenvolvimento de um sistema que possibilite aos jovens receberem treinamento agrícola, tão logo deixem a escola de primeiro grau, tem sido corretamente tema de preocupação em todos os países. Tornar-se-á cada vez mais importante com a ampliação do ensino e a obrigação de dirigir uma maioria de jovens para empregos no campo, em vista da falta de oportunidades adequadas em outros setores da economia.

Historicamente pensou-se que tudo que era necessário para o cultivo fosse a experiência, baseada principalmente na tradição e no trabalho real na terra. O progresso técnico, contudo, começou a levar a modernização à região rural e, em consequência, constatou-se ser essencial o treinamento profissional apropriado, a fim de permitir que os lavradores e cooperativas de produtores lidassem correta e eficientemente com uma situação nova para eles. Os esque-

mas de treinamento geralmente são estabelecidos ao nível regional e local, concentrando-se em centros de aprendizado agrícola, freqüentemente denominados «escolas-fazendas».

O treinamento precisa ser tão extensivo quanto possível e abranger não apenas as questões técnicas que se originam no setor agrícola, mas também fatores econômicos e sociais. O programa deve ser simples, prático e desprezioso, baseado na observação de fatos e na prática da exploração agrícola. Não deve tornar-se inexpressivo, através da inclusão de um excesso de ajudas teóricas, áridas e indigestas. Se nada mais, a ênfase deve repousar na aquisição de habilidade práticas atualizadas.

O treinamento ao nível profissional inferior deve constituir uma responsabilidade limitada ao menor número possível de departamentos governamentais e deveria tornar todo o pessoal envolvido completamente familiarizado com os hábitos e tradições rurais, e perspectivas disponíveis para as comunidades. Raramente o Ministério da Educação está engajado e é muito difícil encontrar-se quaisquer instrutores treinados em métodos de ensino ao nível de cultivo de pastagens — situação que precisa ser corrigida na primeira oportunidade.

O equipamento dos centros de treinamento profissional e suas «fazendas-modelos» não deve estar fora do alcance da maioria dos agricultores e, assim, na prática, apresentar pouca utilidade para eles. Do mesmo modo, os aperfeiçoamentos recomendados devem ser passíveis de aplicação prática pelo lavrador, o qual deve identificar boas perspectivas de reais benefícios financeiros através da adoção dos novos métodos.

A necessidade de proporcionar treinamento vocacional para todos aqueles que trabalham na terra, não importando sua posição na sociedade, a espécie de propriedades nas quais trabalham e suas funções específicas levou a uma diversificação dos métodos e sistemas de treinamento.

Tais sistemas podem ser reduzidos a dois tipos principais:

a) Treinamento na fazenda, através dos serviços de extensão agrícola. Isso se aplica basicamente a pessoas já engajadas na agricultura, que encontram dificuldades em deixar suas fazendas por muito tempo. Será feita menção posterior ao assunto, numa seção que aborda a educação de adultos.

b) Treinamento nos centros de treinamento profissional dedicado especialmente à juventude. (Isso não implica, é claro, que os jovens deixem de receber instrução posterior, ao longo de suas vidas profissionais).

Onde não há disponibilidade de instalações residenciais ou por empréstimo para treinamento, a instrução dos jovens pode ocorrer na propriedade familiar. Um exemplo desse sistema é o trabalho dos Clubes de Jovens Fazendeiros. Os filhos de agricultores realizam trabalhos práticos elementares relacionados com assuntos definidos, tais como a criação de porcos, parto de vacas, trato de aves domésticas ou o cuidado e uso de um trator. Isso é feito sob a supervisão de funcionários locais de extensão agrícola e de acordo com um programa pré-determinado. (Alguns sucessos foram registrados com os Clubes de Jovens Fazendeiros em escolas rurais, particularmente aquelas com residência).

Um ajuste entre o treinamento institucional em período integral e a instrução em período parcial, no trabalho, constitui o «curso sanduíche». Aqui, os aprendizes fazem vários cursos no centro de treinamento profissional e, após cada curso, retornam para suas propriedades familiares durante períodos variáveis de tempo. Tal fato proporciona uma alternância válida de treinamento teórico e prático, permitindo que os trabalhadores estejam em seus sítios nas épocas mais atarefadas do ano.

Uma aprendizagem convencional está completamente fora de questão. Esta pressupõe a existência de fazendeiros em número suficiente, com as qualificações e habilidades necessárias para instruir e orientar aprendizes, o que raramente ocorre num país em desenvolvimento.

Para o funcionamento mais fácil dos esquemas de treinamento é importante que seja estabelecida ligação permanente, ao nível local, entre o pessoal de extensão e os instrutores dos centros, estabelecendo-se um programa complementar de forma a que fazendeiros e aprendizes sejam confundidos o menos possível. Esquemas cuidadosamente planejados e dirigidos podem ser bastante estimulantes e contagiante o entusiasmo dos aprendizes. Por outro lado, um programa mal inspirado e apaticamente executado pode ser indescritivelmente prejudicial, nada realizando a não ser desservir a comunidade rural.

É geralmente aceito que, após deixar a escola de primeiro grau, muitos jovens abandonam suas aldeias a fim de procurar trabalho nas cidades. Provavelmente ficarão com parentes, porém uma proporção alarmantemente alta permanecerá desempregada. Alguns países tiveram de adotar medidas especiais para proporcionar trabalho em áreas rurais, organizando, por exemplo, acampamentos de jovens ou esquemas de fixação.

O Serviço da Juventude é um esquema adotado por muitos países em desenvolvimento, em seu período imediato de pós-independência, onde se dá oportunidade a adolescentes semi-analfabetos desempregados

e sem terras para trabalhar, em troca de alimentação, um uniforme, dinheiro para gastos (mas não salários) e umas poucas horas de ensino e treinamento cada semana. O projeto comunitário referido geralmente é dirigido pelas prefeituras, sob os auspícios do Departamento de Bem-Estar Social (ou seu equivalente), em associação com um Programa de Desenvolvimento Rural.

O objetivo é de tentar desenvolver um sentido de objetividade e cidadania consciente na juventude desamparada e, ao mesmo tempo, engajá-los em projetos que os ajudarão a amenizar a pobreza rural. (Esquemas semelhantes também existem em áreas urbanas, mas geralmente não assim numerosos). Algumas das jovens que completaram a escola de primeiro grau mas não continuaram sua educação também são favorecidas, enfatizando-se a especialização em serviços domésticos.

O esquema, embora de concepção admirável, apresenta inúmeras dificuldades. Sempre existe o problema de se encontrar jovens líderes adequados e não se desconhece o fato de que jovens estrangeiros foram empregados temporariamente nessa função. As dificuldades são aumentadas por uma certa aversão, por parte dos jovens, pelo contínuo trabalho manual. Então, há o problema de se encontrar instrutores apropriados, provavelmente a curto prazo, de todos os níveis e em todo o país, sendo que o Serviço da Juventude exerce apenas um baixo grau de prioridade. Os professores de aldeia podem dar aulas de linguagem e matemática à noite, e um instrutor vocacional pode visitar o acampamento um dia por semana.

A aproximação comunitária aos métodos agrícolas é considerada válida social e ideologicamente, bem como tecnologicamente. Argumenta-se que a autoajuda proporciona uma alternativa à dependência do tipo colonial de técnicas de extensão procedentes de um centro estrangeiro. A despeito das dificuldades, e existem muitas, o futuro dos países em desenvolvimento, tão predominantemente agrário, está intimamente ligado ao estabelecimento bem sucedido de esquemas de implantação agrícola e cooperativas de lavradores. É importante levar isso em consideração na formulação de todos os níveis dos programas de treinamento.

3. Treinamento para o Agrônomo

É claro que o agrônomo desempenha um papel-chave em qualquer programa de desenvolvimento rural de um país e, não importa o nível em que o consideremos, é vital que seu treinamento seja significativo, criativo, de base ampla e dotado de orientação prática suficiente de forma a permitir-lhe comunicar-se livremente com os aldeãos para os quais é contratado para ajudar.

A despeito da necessidade de favorecer diferentes práticas educacionais e diversos graus de aspirações profissionais, surpreende a quantidade das inúmeras características que o «certificado» para dois anos de treinamento e o «diploma» de três anos têm em comum, quando se trata da espécie de princípios e filosofias que tentarei enunciar agora, aplicáveis a institutos agrícolas, faculdades ou quaisquer títulos que sejam dados a tais estabelecimentos.

1. Acredito que o desenvolvimento rural seja um conceito que deva ser considerado em sua integridade e, portanto, aprovo de forma relevante a abordagem multidisciplinar, onde os interessados em agronomia, pecuária, silvicultura, pesca, administração de cooperativas, desenvolvimento da comunidade e mesmo trabalhos domésticos rurais sejam todos treinados sob o mesmo teto. Além de estimular um conhecimento mais profundo das atividades e compromissos mútuos, é provável que os laços de amizade sejam fortalecidos, o que, fundamentalmente, favorece um trabalho de equipe de campo coordenado ao invés das desagradáveis rivalidades interdepartamentais costumeiras.

2. Existem certos assuntos de «núcleo comum» que podem muito bem ser abordados por todos os cursos, o que não apenas é pedagogicamente correto como também proporciona considerável poupança em mão-de-obra e em dinheiro. Algumas dessas questões seriam destinadas a reparar omissões e deficiências nos padrões de acesso, através do reforçamento da instrução da leitura, matemática e ciência. Em alguns países, não é surpreendente encontrar um recém-diplomado em agricultura desprovido de conhecimentos de ciência! Outros assuntos de interesse comum seriam os métodos e estrutura governamentais, serviços de extensão agrícola, administração burocrática, arquivos e contabilidade. A isso deveria ser aduzida uma visão global do quadro social e econômico do país, a fim de ampliar a perspectiva dos estudantes e prepará-los para participar do programa de desenvolvimento do país. Tudo isso ajuda a favorecer o desenvolvimento da personalidade e do caráter, bem como estimula a capacidade de compreensão, julgamento, auto-expressão e adaptação a ambientes diversos. Podem ser executados num estágio subsequente, nos anos posteriores, através da ênfase no trabalho do projeto, estudos de caso e compromissos individuais, todos baseados em problemas que o estudante poderia esperar que encontrasse na área — questões a serem examinadas de forma detalhada e que implicam em iniciativa, tomada de decisões e desenvolvimento de uma aproximação construtiva com vistas à so-

lução dos problemas. A maioria desses problemas são de natureza essencialmente interdisciplinar, e exigem muito das qualidades individuais de qualquer membro competente de uma equipe de extensão, nesse setor.

3. Até o ponto em que diz respeito à instrução especializada, uma das armadilhas inerentes ao treinamento teórico, nesse nível, é a forma pela qual este ensino pode ser tão facilmente vinculado à assimilação de fatos irrelevantes através de ensino mecânico, que, além de se constituir em instrução inferior, tem pouca utilidade para o futuro assessor agrícola, cujo raciocínio deve ser flexível a fim de solucionar situações que podem aparecer espontaneamente em seu diálogo com um agricultor.

Questina-se se uma versão atenuada de um roteiro de curso universitário possui algum valor. Pode-se argumentar, certamente, que um currículo de Instituto ou Faculdade deveria ter flexibilidade para desenvolver uma característica e aproximação que pudesse, justificadamente, afirmar que fosse de seu próprio conteúdo. Duvido que exista qualquer exemplo onde se inclua grande volume de noções sobre botânica agrícola, nutrição, genética e forragem como disciplinas específicas. Pessoalmente, sou a favor da idéia de veicular o debate sobre as técnicas agrícolas, com explicações científicas simplificadas. Nesse contexto, sinto necessidade urgente de compêndios e manuais de ensino adequados.

4. O programa não deve ser abrangente ao ponto de não permitir que haja tempo para debates detalhados a respeito da história e da estrutura em transformação da comunidade rural em que o agrônomo se encontrará vivendo e trabalhando. As técnicas de extensão raramente são inatas, ao ponto de não precisarem ser adquiridas. Algumas noções muito simples de psicologia, relacionadas com os métodos e formas de «vender» novas idéias aos camponeses, essencialmente conservadores, constituem ingrediente essencial do curso, em minha concepção, porém quão raramente se encontram incluídas nesse ponto-chave! Trata-se de uma parte do programa que se adapta perfeitamente ao debate em grupo.

5. Quando se trata da avaliação de estudantes, acredito que cerca de 50 por cento das notas finais devem ser conferidas à aptidão prática e ao know-how. Somente desse modo pode-se assegurar que um serviço de extensão desfrute da reputação prática de que necessita para funcionar eficientemente e merecer a confiança da comunidade rural. Se um agrônomo

visita um agricultor que está tendo dificuldades com seu trator e pode identificar e solucionar o problema no local, então não apenas será capaz de merecer a confiança do lavrador nos anos seguintes como também este divulgará o fato entre seus vizinhos, de forma que nosso competente agrônomo pode tornar-se praticamente uma lenda em seu distrito — ao ponto de quaisquer sugestões que possa fazer posteriormente, em conexão com o aperfeiçoamento dos métodos de cultivo, terem mais probabilidade de bom acolhimento, e seu trabalho de extensão torna-se muito mais bem sucedido.

Deve-se esperar que os estudantes empreendam trabalho prático de rotina adequado a seu curso numa escala de serviços adicional a seu dia de estudo normal, e isso requer a disponibilidade de uma fazenda-escola altamente intensiva e diversificada, provavelmente abrangendo várias centenas de acres.

A fazenda deveria, idealmente, incluir grande variedade de plantios, gado, pastagens (naturais e replantadas), produtos hortícolas, pomares, irrigação, muitos prédios rurais simples e funcionais que os estudantes pudessem ajudar a construir e manter, vários equipamentos mecânicos, uma oficina de grande porte para instrução de grupos de estudantes, uma arena de demonstração especialmente apropriada para o manejo do gado, uma «biblioteca de plantas» constituída de pequenos canteiros para observação dos diferentes produtos agrícolas oriundos das diversas partes do país, um terreno de culturas de demonstração capaz (como um «laboratório ao ar livre») de prover técnicas de ensino para a ciência agrícola, uma cultura de floresta, um viveiro de peixes, uma estação meteorológica e terrenos de cultivo, formados em conjunto com o Departamento de Pesquisa local — com o objetivo de demonstrar aos estudantes exatamente o que está implicado no trabalho de pesquisa experimental e na produção de sementes, associado com o cultivo de plantas. Além disso, os estudantes deveriam ter acesso a uma pequena casa de fazenda e jardim, como parte da demonstração de uma unidade agrícola.

O método administrativo adotado deveria ser no sentido de que cada professor desempenhe um papel ativo na administração e estabelecimento das políticas dos empreendimentos com que seu ensino está relacionado, e que a coordenação global esteja nas mãos de um «Diretor Agrícola e Organizador de Classes Práticas» — um funcionário mais antigo do quadro de pessoal — do qual se deve esperar que mantenham reuniões de planejamento regulares com as várias partes interessadas. Em minha experiência, um ensino agrícola significativo reflete, inevitavelmente, o estabelecimento de uma instrução intensa e objetiva.

Como serviço à comunidade local, recomendaria que deveriam ser atribuídos dias regulares ao ensino agrícola e demonstração em conjunto. Não apenas isso, mas creio que um aspecto do estabelecimento das atividades deveria ser a manutenção de cursos práticos para o pessoal que já esteja trabalhando no campo. Cuidadosamente planejados e executados, podem ser de enorme valor, pelo menos em termos de manter o moral do quadro de pessoal.

Com financiamento razoável e, o mais importante de tudo, um corpo docente perspicaz, criativo e eficiente, um Instituto ou Faculdade, talvez mais que um Departamento de Agricultura universitário, seria mais adaptável à inovação.

Muitas universidades, que treinam pessoal para serviços de extensão ao nível mais alto, oferecem serviços ineficientes por causa da natureza altamente teórica, conceptual e mesmo intrincada do ensino e da pesquisa, nenhum dos quais pode ser relacionado aos problemas desenvolvimentistas ao ponto tão obviamente desejado. Pelo contrário, podem estar, e o estão com frequência, altamente desligados da vida e problemas dos trabalhadores da zona rural, e dos governos, que têm de elaborar o sistema.

O necessário é uma oferta de graduados de alta qualidade, com sentido vocacional, preparados para trabalhar aonde quer que sejam enviados e capazes de compreender o meio-ambiente no qual estão trabalhando.

Uma das principais responsabilidades do diretor consiste em ter sempre em mente, e transferir àquelas a quem influencia, o conceito de um governo e povo que decidiram que seus principais esforços devem ser dirigidos para o desenvolvimento das áreas rurais do país e que o desenvolvimento agrícola deve, essencialmente, visar à elevação dos níveis econômicos, sociais e culturais da população rural.

Ele deve assegurar, desde o início, que o estudante desenvolva uma aproximação realística à filosofia e mecânica do movimento cooperativo; as pressões sobre a produtividade dos agricultores de subsistência; natureza e problemas do trabalho extensivo e desenvolvimento comunitário; a importância de incentivos quando se trata do aperfeiçoamento do bem-estar rural e desenvolvimento industrial; o papel de associações, pequenas indústrias e mercados de aldeia; disponibilidade de facilidades creditícias, incluindo uma compreensão dos valores sociais locais com relação ao empréstimo e reembolso de créditos; estudos abrangentes de esquemas de ocupação da terra; efeito da educação sobre o desenvolvimento agrícola; incentivo ao esforço da comunidade rural em seu conjunto, ao invés de uma aproximação fragmentária aos vários empreendimentos funcionalmente não relacionados.

A elaboração e implementação de um currículo universitário na agricultura certamente apresenta problemas. As matérias são ensinadas, na maioria, por especialistas, muitos dos quais conseguiram alta reputação antes por seus atributos de pesquisadores do que pela capacidade de ensino.

Do ponto de vista dos estudantes, um mosaico incrível de conhecimento especializado pode constituir um provável subproduto, ao invés de um quadro coerente de uma sociedade rural, com seus problemas humanos e agrícolas interrelacionados.

Existe, certamente, um motivo importante para incluir em maior profundidade matérias não vocacionais já recomendadas para Faculdades e Institutos. Os métodos de extensão, pesquisa e treinamento podem ser oferecidos como optativos, conforme as tendências profissionais. Pode ser imperativo um curso interdisciplinar, tal como «O Homem na Sociedade». Poucos contestariam que a Sociologia Rural é essencial. Matéria importante, também, poderia ser a Psicologia Rural, especialmente quando o ritmo imemorial da vida agrícola, em todas as épocas, deve ser considerado e compreendido.

Finalmente, uma palavra sobre a possibilidade de se estabelecer um Departamento de Educação Agrícola, em nível universitário. Além de influir em certos aspectos no treinamento do professor, instrutor e preletor, esse Departamento conteria uma Unidade de Desenvolvimento de Currículo especial, encarregada da preparação de materiais de ensino em todos os níveis, incluindo-se textos ilustrados, slides e video-tapes de «aulas práticas» sobre técnicas agrícolas. «Instituto de Ensino Agrícola» poderia ser um título alternativo para esse Departamento. Poderia se esperar, também, a adoção de métodos de pesquisa e treinamento, provavelmente nos centros satélites das províncias, que ainda poderiam oferecer cursos intensivos como parte de suas funções.

4. Educação de adultos em áreas rurais

A educação e treinamento de adultos são elementos vitais em qualquer programa de desenvolvimento agrícola. Alguns planejadores educacionais chegam ao ponto de sugerir que, quando um país em desenvolvimento está operando com base num orçamento rígido, pode ser aconselhável desacelerar a expansão e recursos para o ensino de primeiro grau, pelo menos temporariamente, e concentrar o máximo de energia e recursos na oferta de instrução para a população adulta.

Deve-se reconhecer a necessidade de alfabetização para aquisição de maior qualificação em todas as profissões, e certamente a agricultura não constitui exceção. Um bom objetivo da educação de adultos seria tanto a redução simultânea do analfabetismo, quanto o oferecimento de treinamento profissional, através

de cursos intensivos, e orientação pelos serviços de extensão.

Seria apropriado enumerar os vários serviços que o governo deveria tornar diretamente disponíveis ao fazendeiro e sua família, como importante aspecto de seu programa de desenvolvimento rural.

1. O centro da comunidade deveria, idealmente, ser a escola rural, sendo o professor um membro importante de qualquer equipe de desenvolvimento comunitário. Ao ajudar na ministração de aulas para alfabetização de adultos, além das horas normais de ensino, deve ser remunerado de forma condizente, sendo que isso pode constituir um incentivo adicional, quando se trata de mantê-lo numa zona rural longínqua.

2. O fazendeiro deve ser capaz de beneficiar-se dos serviços regulares de um competente agrônomo, capaz de instilar confiança na comunidade agrícola local. O mesmo se aplicaria aos funcionários locais e outros agentes governamentais relacionados com os projetos de desenvolvimento comunitário.

3. Os centros de treinamento profissional, como já mencionado anteriormente, deveriam servir aos lavradores do presente, assim como aos agricultores do futuro.

4. Para programas de treinamento em massa, os meios educacionais têm importante papel a desempenhar, através do rádio, unidades cinematográficas móveis, slides, gravações, e, para os alfabetizados, simples folhetos ilustrados, boletins e periódicos.

5. Atividades outras que não as especificamente dirigidas aos lavradores precisam ser incluídas, porque a prosperidade da vida nacional não é completa sem o trabalho de mecânicos, eletricitistas e profissionais de todas as espécies: aqueles que trabalham no suprimento de água, construção de estradas e canais de irrigação; os que erigem casas, escolas e centros de saúde; e os que estão relacionados com o desenvolvimento do comércio e, talvez mesmo, da indústria local.

6. A despeito dos preconceitos tradicionais, a importância do papel da mulher ao nível rural não deve ser desprezada. Espera-se dela um excepcional grau de versatilidade, em termos de alimentação, saúde, higiene, alojamento, cuidados dos filhos e outros aspectos do trabalho doméstico, assim como sua contribuição para a produção de gêneros alimentícios. Deve-se tomar medidas para as necessidades específicas das mulheres em todos os níveis de ensino e treinamento pois, em termos de desenvolvimento rural, têm importante função a desempenhar.

Isso talvez seja uma concepção a longo prazo. A curto prazo, os Clubes Femininos podem proporcionar benefícios consideráveis para a vida da aldeia, desde

que haja a necessária experiência e técnica que assegurem a viabilidade de tais projetos.

7. A liderança responde consideravelmente pela diferença entre o sucesso e o fracasso de qualquer projeto de desenvolvimento comunitário, e as tentativas para atualizar métodos de cultivo (no sentido mais amplo) não constituem exceção. Por improváveis que pareçam, sob certas circunstâncias, cursos sócio-vocacionais bem sucedidos foram ministrados para conselheiros locais e líderes de aldeias e, indiretamente, os resultados têm sido admiráveis.

5. Treinamento do professor

Um tema constante, através destes capítulos, tem sido a afirmação de que, proporcionados os programas educacionais mais realísticos e significantes, cuja elaboração cabe àqueles que têm experiência, imaginação e discernimento, em última análise nenhum resultado concreto é possível sem o necessário quadro de professores, instrutores e demonstradores, treinados e motivados, aos vários níveis da estrutura hierárquica.

Estamos, na verdade, lidando com duas amplas categorias de assessores. Primeiro, os Instrutores de campo, que devem dominar adequadamente os rudimentos do ensino; em segundo lugar, os professores treinados, que devem estar familiarizados com os rudimentos da sociologia rural e técnicas agrícolas. Qualquer que seja a categoria que abordemos, os «treinadores de treinadores» são considerados a chave para qualquer programa de «educação para o desenvolvimento rural». Isso é fácil de dizer, mas infinitamente mais difícil de se conseguir, na prática. Os melhores professores tendem a se concentrar nas cidades, enquanto o ensino e treinamento da juventude rural é deixado nas mãos de profissionais de nível inferior. Existe não apenas uma necessidade básica de reforma dos currículos, tão freqüentemente mencionada nestes capítulos, como também uma transformação radical da mentalidade de todos esses instrutores e professores.

Considerando primeiro o caso do professor de escola rural, são possíveis vários métodos de treinamento:

1. Ao nível mais alto, ou seja, aquele do graduado (condição relativamente rara para a profissão, especialmente no setor rural), provavelmente seria ideal um curso universitário de três ou quatro anos num Departamento de Ensino Agrícola (caso exista). Tais graduados, após a experiência de sala de aula adequada, deveriam possuir suficiente consciência das necessidades de uma comunidade rural para fazer com que os administradores, planejadores, inspetores e consultores de currículo sejam úteis.

2. Para aqueles que possuam Diploma Escolar (ou seu equivalente) uma possibilidade interessante seria matricular-se numa Faculdade, onde haja uma abordagem interdisciplinar e o ensino rural possa ser facilmente incluído como uma das opções do curso de 3 anos.

3. O processo normal de treinamento de professores, porém com bastante ênfase nos estudos agrícolas. Há um motivo claro para mais íntima conexão entre escolas normais e faculdades, especialmente se esses estabelecimentos são próximos — suficientemente, talvez, para permitir o intercâmbio do corpo docente bem como troca de idéias.

4. Cursos profissionais especiais para professores em atividade, visando a criar, neles, novo entusiasmo com relação à agricultura e uma avaliação realística de seu potencial. Tais cursos poderiam ser ministrados tanto nas faculdades quanto nas escolas normais.

Abordando o caso dos professores da área profissional, várias políticas de treinamento são também possíveis:

1. Os mais altos escalões, sem dúvida, obteriam proveito das atividades de um Departamento de Educação Agrícola, em nível universitário, e seriam considerados futuros líderes no campo do treinamento vocacional. (Em muitos países isso seria uma mudança reconfortante da situação existente, onde altas decisões são tomadas por administradores sem qualquer experiência direta quanto ao ensino agrícola; apenas ocorre que está na auçada de seus ministérios!).

2. Não há motivo pelo qual o treinamento agrícola não seja incluído como curso universitário numa Faculdade de finalidades múltiplas, da mesma forma sugerida acima para o ensino agrícola.

3. Cursos rápidos em serviço para professores de agricultura e suas disciplinas afins, que foram transferidos dos serviços de campo para tarefas de ensino, como acontece em inúmeros casos.

4. Cursos sobre técnicas de ensino para aqueles que decidiram adotar como carreira o treinamento profissional. Tais cursos seriam «paralelos» ao treinamento básico e, obviamente, variariam em profundidade e extensão de conteúdo, conforme o nível acadêmico — por exemplo, um graduado universitário realizando treinamento vocacional provavelmente poderia optar por um curso de ensino de um ano, da mesma forma que um graduado que se inscreveu para torna-se professor. Por outro lado, um candidato com diploma de um Instituto Agrícola geralmente escolheria um curso de três meses, simplificado. Eu consideraria ideal para esse treinamento sua localização numa Escola Normal, adequadamente provida de pessoal e equipada para esse serviço, além de suas funções normais.

Outras idéias vêm à mente, que se aplicam igualmente aos professores rurais e instrutores vocacionais:

1. O treinamento de educadores e instrutores é apenas um aspecto da preparação para seu papel no programa de desenvolvimento rural do país. A necessidade de uma Unidade de Desenvolvimento de Currículo já foi estabelecida, quando se debateu a contribuição das universidades. Deveria ser capaz de proporcionar regularmente aos instrutores e professores inúmeros conceitos, alguns deles produtos da experiência de outros na mesma área, possivelmente em outros países. A Unidade deveria oferecer um suprimento contínuo de materiais de ensino, incluindo métodos audio-visuais, boletins, periódicos, assim como incentivar a edição de manuais adequados. Deveria patrocinar conferências e seminários regulares, e talvez mesmo organizar visitas de intercâmbio. Não precisa ter necessariamente base universitária, desde que seus serviços sejam acessíveis a todos aqueles que deles necessitam.

2. Frequentemente ocorre o envolvimento de um agrônomo em certas escolas normais, em período integral, e, por outro lado, de um pedagogo em algumas instituições agrícolas, especialmente se ele domina não apenas as técnicas de treinamento como também as de extensão.

3. Os cursos de reciclagem são essenciais. Podem ser organizados centralmente, pela Unidade de Desenvolvimento de Currículo, ou ser incorporados ao programa de treinamento regular de diferentes insti-

tuições, em diferentes níveis. Dizem respeito à atualização de técnicas, sejam estas aplicadas ao conteúdo ou à metodologia. O treinamento deve ser mantido atualizado, pois de outro modo há a ameaça constante de que os professores resistam às transformações com as quais não estão familiarizados, com o resultado de que seus esforços se tonam ineficientes.

4. O moral do magistério, nas áreas rurais mais longínquas, não pode ser descuidada, especialmente quando muitos professores e instrutores prefeririam uma posição na cidade, a despeito de seu envolvimento quase inevitável como membros-chaves da equipe local de desenvolvimento agrícola. Parece não ser suficiente apelar apenas para a dedicação e satisfação profissional. Sugeriu-se que certas vantagens deveriam ser atribuídas ao professor rural, tais como um adicional de salário para aqueles que servem «no mato». (Em certos países, um turno de trabalho no campo constitui pré-requisito essencial para promoção). Além de tudo, o alojamento sempre ajuda; favorece tanto o conforto quanto o prestígio. Sugeriu-se, também, bolsas de estudo para a educação dos alunos do professor. Permitiriam que deixassem a aldeia para continuar seu ensino de segundo e, talvez, terceiro grau. Sem dúvida, há muitas outras idéias que ajudariam a estabilizar a situação.

Ninguém, na área rural, espera atrair o escol intelectual da profissão, mas é importante que estes dêem sua parte justa de competência; de outro modo será provável que as regiões agrícolas se tornem cada vez mais desfavorecidas, especialmente quando ocorre o desenvolvimento das áreas industriais.

Terceira Parte

RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES

A maioria das sugestões já foram explanadas nos capítulos pertinentes, mas há umas poucas recomendações gerais dignas de menção, à guisa de conclusão deste estudo.

1. A economia da produção agrícola é um ponto relevante da maioria dos planos de desenvolvimento. É imperativo mudar de uma economia de subsistência para uma financeira, e aumentar a produção agrícola ao ponto em que se torne possível a exportação de produtos, de forma que sua renda transforme em realidade a industrialização e modernização. Isso requer inovação e, portanto, a inovação deve ocorrer, e o ensino rural não constitui exceção.

2. A inovação não significa uma explosão súbita de novos conceitos expressos por técnicos visitantes, entusiastas e transitórios. Sua introdução deve ser suave, não violenta. Sob certas circunstâncias, os esquemas-piloto apresentam muitos subsídios para recomendá-la.

3. O necessário é uma política de desenvolvimento agrícola abrangente, destinada à elevação dos padrões de vida da população rural, através da atividade econômica diversificada e amplificada. Isso significa maior alocação de recursos nesse setor do que atualmente. O planejamento do desenvolvimento rural implica no estabelecimento de cidades rurais, estradas, sistemas de transportes, comunicações, facilidades de crédito e operações bancárias, serviços comerciais e mercadologia, indústrias rurais e serviços sociais, de saúde e ensino. Portanto, está claro que a estratégia de desenvolvimento deve ser uma aproximação integrada, planejada, de todas as partes interessadas. O ensino e treinamento somente podem dar sua contribuição máxima em conjunto com uma política global dessa espécie.

4. Se a reforma agrária deve incluir o desenvolvimento de toda a comunidade rural, então as esferas ministeriais são obrigadas a se integrarem.

É essencial a coordenação: intrigas, invejas e inflexibilidade já abortaram muitos projetos válidos. Curiosamente, esse desperdício desnecessário sempre parece pior em assuntos relacionados com o treinamento, talvez porque tão poucos funcionários ministeriais possuem experiência direta nesse setor. Recomendaria a constituição de um Conselho de Educação Rural de alto nível, sob a presidência de um membro do Gabinete do Presidente ou Primeiro-Ministro. O Conselho teria poderes executivos para estimular e coordenar as necessidades de treinamento em todos os níveis. O Secretário Executivo precisaria ser um educador agrícola experimentado.

5. Se a função do Conselho de Educação Rural deve ser executiva, então precisa do apoio de um corpo tanto acadêmico quanto consultivo, e isso, em minha concepção, constitui uma das importantes funções do Departamento de Ensino Agrícola Universitário, especialmente se é patrocinado por uma Unidade de Desenvolvimento de Currículo realmente viável, assim como estar capacitado para realizar projetos de pesquisa e práticos, relevantes para o ensino agrícola. Estes incluiriam os esquemas-piloto mencionados no item 2.

6. De grande valor, também, seria o intercâmbio de idéias e experiências, em nível internacional, na ampla área da educação e treinamento agrícola.

7. É quase certo que exista um problema de mão-de-obra crítico, especialmente no que se relaciona ao treinamento. O planejamento da força de trabalho pode ser considerado supérfluo numa economia avançada, porém num país em desenvolvimento trata-se de uma questão de extrema necessidade.

8. Em última análise, um fator chave é o empenhimento e constância dos professores rurais, instrutores e agrônomos. Caso seus esforços representem o elo fraco da corrente, nenhum programa de desenvolvimento, por melhor que seja concebido, tem possibilidade de tornar-se inteiramente exequível. Seria muito proveitoso fazer uma investigação acerca do status e papel desses profissionais, para que tudo possa ser feito, razoavelmente, no sentido de manter seus compromissos e moral — principalmente para que não mais anseiem pelas luzes brilhantes da cidade, mas sejam capazes de se dedicarem, sem reservas, ao esforço de fazer despertar a zona rural.

9. É importante que aqueles relacionados com os vários aspectos do ensino mantenham um senso de proporção, ao invés de ficarem divididos entre os dois extremos da dúvida e do pessimismo, de um lado, e do otimismo fácil, de outro.